

Revista Filosófica de Coimbra

vol.11 | n.º21 | 2002

Miguel Baptista Pereira
Edmundo Balsemão Pires
Helder Gomes
Alexandre Costa
José Reis
Henrique Jales Ribeiro
Isabel Gomes

interpretar o recurso à semântica do “pensamento da unidade” – o mesmo que baseou a infância do Idealismo Alemão na poética filosófica de Hölderlin e do primeiro Hegel – no enquadramento das novas necessidades “práticas”, que a Filosofia na época da sua transformação, pós-Hegel, enfrenta. Esta é uma daquelas questões que, uma vez enfrentada com rigor, nos mostra como os ensaios para largar Hegel e os seus avatares é, possivelmente, uma aventura condenada ao retorno do mesmo. Por isso, seria importante que ao aspecto da exploração histórica e textual dos episódios da história da recepção da obra de K. C. F. Krause se juntasse uma investigação da semântica mais profunda, que marca o vigamento conceptual e a forma mental de toda uma época e daquilo que nela se dá a pensar.

Edmundo Balsemão Pires

José Enes, *Noeticidade e Ontologia*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, sem local, sem data. 212 pp. [Lisboa, 1999]

Os oito estudos reunidos neste volume, datados entre 1984 e 1995, apresentam uma unidade de pensamento e um parentesco temático que fazem de *Noeticidade e Ontologia* muito mais do que uma recolha de publicações e inéditos de José Enes nas últimas duas décadas. Desta recolha de estudos resulta uma obra autónoma, dotada duma clara unidade que lhe é conferida pela personalidade filosófica do autor. Sob o tema da *Noeticidade e Ontologia*, o filósofo visita alguns momentos decisivos da história da filosofia, e conduz também, nesse mesmo movimento, uma meditação sistemática fundamental acerca do objecto temático da ontologia.

A vertente histórico-filosófica dos temas abordados aparece sempre em função duma meditação autónoma e principal. E assim, sobre as noções de “noeticidade” ou de “intuito”, em interpretações e diálogo com a experiência histórico-filosófica, linguística em geral, e científica ou poética, em particular, Enes centra o seu estudo sobre as noções da causalidade, da identidade, da metáfora, dos fundamentos do conhecimento, e de métodos e posições filosóficas como a metafísica, o método cartesiano, o transcendentalismo ou a hermenêutica. Historicamente, são privilegiados neste percurso o pensamento e a obra de Parmênides, Aristóteles, São Tomás de Aquino, Descartes, Suarez, Kant, Heidegger e Pessoa, lidos jamais de modo estereotipado ou esquemático, mas invariavelmente ao nível do genuíno comentário, i.e., da reconstrução viva de definições, estruturas e experiências fundamentais, que se consubstanciam numa concepção original da ontologia. Este livro requer por isso, antes de qualquer resumo ou resenha, uma caracterização breve dos seus principais conceitos.

Já desde o título escolhido para o volume é da maior importância para o pensamento nele expresso a noção de “noeticidade”. Este termo parece designar em geral, e de maneira abstracta, um modo fundamental como a significação se configura numa estrutura dotada dum princípio de unidade específico, e de relações que se articulam de modo coerente numa ordem discursiva inteligível. Esta unidade estrutural da significação do discurso pode assumir diferentes formas, que a história da filosofia iluminou e explorou por diversas vias. Terminologicamente, o conceito de noeticidade deriva do grego “*noeo*[,] cujo sentido encontra uma ressonância experimental em *pensar*” (34). A noeticidade não é para entender, então, directamente como a experiência do pensar, mas como a sua elaboração abstracta e, além disso, conforme apercebida, configurada e exibida do modo o mais perfeito e consumado no discurso filosófico e poético. Nestes termos, a “noeticidade expressa a excelência eficaz do exercício, a resultante completude de acabamento e o mais alto grau de plenitude cognoscitiva do intelecto” (11). A noeticidade pode surgir em compostos

terminológicos como, por exemplo, “noeticidade causal” (67, 93); “noeticidade transcendental” (18, 28) ou “noeticidade do discurso transcendental” (34), sinónimo de “noeticidade kantiana” (36) e de “noeticidade a priori” (43); “noeticidade hermenêutica”, onde se insere em particular a “noeticidade do discurso heideggeriano” (ib.); “noeticidade parmenidiana, para a qual só o ente existe e o não ente pura e simplesmente não existe” (78). Mas encontramos também a “noeticidade do estado de vigília” (9), cujo modelo foi teorizado por São Tomás e cujo “núcleo [...] é o juízo de percepção externa e interna” (ib.); ou a “noeticidade perguntativa” (17), cujo significado está impresso na etimologia da própria palavra “perguntar”, ou seja, na sua origem, o sondar dos fundos da navegação (15-16). A noeticidade é também, em geral, a “noeticidade do discursivo” (32, cf. tb. 166), ou seja, o princípio estruturante da significação nos diferentes universos discursivos expressos pelas diferentes filosofias e métodos filosóficos. E encontramos ainda compostos como a “noeticidade metafórica” (47, 54) que, conforme Enes mostra, atravessa a totalidade do discurso e da linguagem; ou, no contexto da leitura de um poema de Álvaro de Campos, aquela “noeticidade [que] fecundou a intencionalidade de ver além do ser” (157). O conceito de noeticidade, conforme concebido por Enes, apreende de modo teoreticamente elaborado, um complexo organizado de noções, designando o “dinamismo” (188) inerente a um “discurso e universo de sentido” (189) específico, que lhe confere “inteligibilidade” (173) e dota de sentido.

Na verdade, a noeticidade deve ser entendida como trazendo à expressão a potência ou causalidade intrínsecas da significação e, com ela, do conhecer. Ela exprime a causalidade estrutural, ou “intrínseca” (cf. 79) do próprio significado e do conhecer e, por isso, “a noeticidade [...] é [...] aquilo que faz com que o *conhecer conheça*” (34). Esta causalidade intrínseca do discurso é a *potencialidade*, ou a possibilidade do pensamento, que só “*pensa discorrendo*” (26). Implícita no livro está a tese de que a correcta análise e restituição da noeticidade causal ao seu verdadeiro alcance e significado, que se foram perdendo nalguns dos desenvolvimentos histórico-filosóficos da metafísica, permitirá articular um sentido mais profundo e esclarecedor da noeticidade do que aquele que é apresentado no discurso metafísico e também científico. Há, em todo o discurso significativo, um princípio, ou causa comum, que é co-experenciado em todo o discorrer, em todo o tomar consciência e em todo o significar. Este princípio ficou obscurecido pela redução da noção aristotélico-tomista da potência à causalidade eficiente e estrutural-matemática, iniciada ainda antes de Descartes, e por este fixada como condição do método. Enes denomina esse princípio um “*pré-saber acerca do ser*” (189) presente em todo o saber.

Este pré-saber, que coincide com a potencialidade significativa do discurso, revela-se não já como uma noeticidade, mas como uma experiência concreta, que o filósofo defende ser apreensível pelo que denomina o acto noético do “intuito” (cf. 11). Esta é uma outra noção fundamental para a compreensão do pensamento de Enes. A sua teorização é feita remontar ao *De anima* de Aristóteles, onde o intelecto, “como possibilidade prévia das operações gnósticas, tem de entrar em contacto com o inteligível *tocando-o* – *θιγγάνων*”, verbo que se “traduz [...] cabalmente pelo verbo *atingir* que é um composto de *tango*, *toço*” (157). O intuito possui também um momento privilegiado em São Tomás, como o *intuitus* que designa “a estrutura noética do *intelligere*, enquanto núcleo accional do operar cognoscitivo do intelecto humano” (87). Então, ele “é um *ver* que está no mais íntimo de toda a operação intelectual e perscruta em todas as direcções” (88), a saber, tanto “para a exterioridade objectiva” quanto “para a intimidade emanante do eu” e para os conteúdos inteligíveis (ib.). Além das “estruturas conceituais” está, na sua forma pura, “o momento aperceptivo do intuito pré-conceitual e ante-predicativo” (57) que, como “uma experiência intuitiva, [...] se impõe à inteligência e à sensibilidade do Poeta” (161) ou, mais simplesmente, orienta a inteligência e a criatividade intelectual do filósofo (cf. 16, 28).

O intuito teorizado por Enes distingue-se duma simples intuição, uma vez que o acesso imediato que o intuito fornece a qualquer conteúdo vem já discursivamente orientado desde a sua origem. O intuito parece constituir, na verdade, a causa inerente, ou o ser potencial da noeticidade de todo o discursivo. Não, porém, como intuição fundadora distinta da discursividade, mas como célula germinal desta (cf. 56). Aquilo que reúne numa só substância de inteligibilidade, como uma causalidade estrutural e imanente do discurso, o *ver* noético accionado pelo intuito, por um lado, com a discursividade escorada na noeticidade, por outro lado, é o denominado “*nuto elocutório do intuito*” (13, 15), ou seja, aquilo que, na sua natureza específica, o distingue da noção corrente da intuição. A este “nuto” ou *sinhal* primitivo requerido pela significação e comunicação corresponde o fenómeno humano da *fala* (cf. 49, 123, 187), que só é pensável como acompanhado, no falante, pela “*interpretação da sua própria fala*” (14).

Para além da influência assumida de São Tomás, o privilégio concedido à “noeticidade hermenêutica” documenta neste ponto fundamental, e apesar de alguns momentos críticos (cf. e.g. 151-153) a dívida a Heidegger. Mas um contributo original de Enes é mostrar que a noeticidade hermenêutica, englobando a referida concepção de um pré-saber sempre já de índole linguística a ser revelado de modo mais adequado pela potencialidade interpretativa da fala e do discurso, tem de integrar em si uma noeticidade causal plenamente desenvolvida e não reduzida somente à causalidade eficiente ou matemática (cf. 19, 93, 154) – conforme demonstram também a investigação sobre Suarez (77-81) e as conclusões sobre Descartes (106). E, dentro da análise da noeticidade hermenêutica, na esteira de Ricoeur e outros, registe-se as importantes considerações acerca da teoria da origem metafórica da significação, na fala em geral (47-53), na poesia (54-57), ou na linguagem científica (57-65). No desenvolvimento da significação da linguagem, que ocorre por via da metáfora, actua de modo constante o intuito como potência criadora, uma vez que, como demonstra Enes, “[n]o seio da formulação conceitual, própria dos termos da enunciação metafórica, [...] actuam-se conhecimentos que não são conceituais mas sim lances de intelecção, próprios do intuito” (65). A origem da significação, assim entendida, justifica então o apelo à etimologia como recurso filosófico sempre revelador do modo como a linguagem fala, não só por via do falante, como também por si própria.

Para além da vertente sistemática exposta, e com base nela, o livro desenvolve um rigoroso trabalho de exegese histórico-filosófica, centrada com frequência nas noções de *potência* ou *possibilidade* e da “*experiência ontológica*” (cf. 16, 147, 161) atingida pelo intuito. A estas investigações parece subjazer a tese geral de que entre as diferentes noeticidades, articuladas em diferentes momentos da história da filosofia existe não continuidade, mas um “salto” (cf. 31). Embora estes diferentes momentos históricos, com as suas correspondentes noeticidades, não tenham sabido articular todos eles com igual felicidade a experiência ontológica que está na base do saber humano, a relação entre eles parece ser mais de complementaridade do que de sucessivo obscurecimento da experiência ontológica, conforme era proposto por Heidegger. Neste contexto, riqueza e significado das diferentes investigações empreendidas por Enes são indicadas pelos temas tratados nos diversos capítulos do livro: “Noeticidade hermenêutica”; “Noeticidade do discurso transcendental”; “Noeticidade metafórica da linguagem científica”; “A noeticidade causal do discurso cartesiano”; “Pressupostos linguísticos do conhecimento ontológico da identidade em São Tomás”; “Experiência ontológica e verbos impessoais em Parménides e em Fernando Pessoa”; “Dois universos ontológicos”; e “A leitura integral do texto filosófico como método de ensino”.

Sustentado por uma profunda erudição que não é, contudo, jamais alardeada, por procedimentos filológicos rigorosos, por um vasto conhecimento da história da filosofia, por uma subtilidade analítica e interpretativa que não se revela jamais estéril, pela

originalidade das teses e, por fim, pela capacidade do *pensar* autónomo que é a marca do filósofo, *Noeticidade e Ontologia* é sem dúvida uma obra do maior significado dentro da ontologia de cariz fenomenológico e hermenêutico publicada nos últimos anos.

Diogo Ferrer